



## XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXII ENANCIB

ISSN 2177-3688

### GT 5 – Política e Economia da Informação

#### **POLÍTICAS PÚBLICAS NA PANDEMIA, PARA QUEM? REGIME DE INFORMAÇÃO E A ADVOCACY COALITION PELA SAÚDE DE PRETOS E PARDOS**

#### ***PUBLIC POLICIES IN THE PANDEMIC, FOR WHOM? INFORMATION REGIME AND THE ADVOCACY COALITION FOR HEALTH OF BLACKS AND BROWNS***

Carla Maria Martellote Viola. IBICT. UFRJ.

Juliana Campos de Aguiar Mattos Ribeiro. IBICT. UFRJ.

Marco André Feldman Schneider. IBICT, UFF.

#### **Modalidade: Resumo Expandido**

**Resumo:** Pretos e pardos foram os mais afetados com a pandemia no Brasil. Informações divulgadas em pesquisas governamentais e não governamentais atestaram essa triste realidade na saúde. Portanto, o estudo tem como objetivo averiguar o Regime de Informação brasileiro e as Coalizões de Defesa que envolvem a informação técnica sobre o controle da Covid-19 e as políticas públicas governamentais adotadas para dirimir as desigualdades que afetam a população de pretos e pardos. A investigação segue uma metodologia de cunho bibliográfico, exploratório, com abordagem qualitativa. Realiza-se pesquisa documental sobre os estudos, informes e boletins que apresentam informações sobre a população de pretos e pardos no Brasil, no tocante ao novo coronavírus, e sobre as normativas governamentais. Os resultados apontam que as Coalizões de Defesa são organizações que exercem influência sobre as políticas públicas brasileiras, informam a sociedade e auxiliam no combate ao coronavírus e que o governo brasileiro disponibiliza o acesso às medidas normativas adotadas em uma plataforma digital denominada “Combate ao Coronavírus”, no portal da Câmara dos Deputados. Conclui-se que as Coalizões de Defesa participam ativamente do Regime de Informação brasileiro com informações técnicas relevantes e que o governo brasileiro possibilita a consulta sobre suas medidas normativas adotadas, contudo não foram identificadas políticas públicas exclusivamente para a população de pretos e pardos.

**Palavras-Chave:** Políticas públicas. Saúde. Covid-19. Regime de Informação. *Advocacy Coalition*.

**Abstract:** Blacks and browns were the most affected by the pandemic in Brazil. Information released in governmental and non-governmental research attested to this sad reality in health. Therefore, the study aims to investigate the Brazilian Information Regime and the Advocacy Coalitions that involve technical information on the control of Covid-19 and the government public policies adopted to resolve the inequalities that affect the blacks and browns population. The investigation follows a bibliographic, exploratory methodology with a qualitative approach. Documentary research is carried out on studies, reports and bulletins that present information on the blacks and browns population in Brazil, regarding the new coronavirus, and on government regulations. The results indicate that Advocacy Coalitions are organizations that influence Brazilian public policies, inform society and assist in the fight against the coronavirus and that the Brazilian government provides access to the normative measures adopted on a digital platform called “Combat to the Coronavirus”, on the website of the Chamber of Deputies. It



is concluded that the Advocacy Coalitions actively participate in the Brazilian Information Regime with relevant technical information and that the Brazilian government allows consultation on its adopted normative measures, however public policies were not identified exclusively for the blacks and browns population.

**Keywords:** Public policy. Health. Covid-19. Information Regime. Advocacy Coalition.

## 1 INTRODUÇÃO

A evolução da pandemia do novo coronavírus (Sars-CoV-2) revela que a população brasileira de pretos e pardos tem sido a mais afetada. Um estudo do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde, da PUC-Rio, realizado a partir de dados disponibilizados pelo Ministério da Saúde até maio de 2020, verificou que cerca de 55% de pretos e pardos internados em estado grave, em decorrência da Covid-19, morreram; entre pessoas brancas, a taxa ficou em 38%. A porcentagem foi maior entre pessoas negras do que entre brancas, em todas as faixas etárias e, também, comparando todos os níveis de escolaridade (BATISTA; ANTUNES; FAVARET; PERES; MARCHESI; CUNHA; DANTAS; BASTOS; CARRILHO; AGUILLAR; BAIÃO; MAÇAIRA; HAMACHER; BOZZA, 2020).

Corroborando esse cenário exposto, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para medir as consequências da pandemia, indicando que em novembro de 2020, na proporção de pessoas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade, por cor ou raça, cerca de 9,7 % da força de trabalho de pretos e pardos se encontrava desocupada, enquanto para brancos a proporção ficou em 5,9%. O comportamento estatístico tem ocorrido desde o início da série histórica do IBGE, iniciada em maio (IBGE, 2020).

Some-se a essa ingrata realidade, a importância do acesso, distinção, compreensão e uso das informações relacionadas à Covid-19 para fins de prevenção, cuidados e tratamento, para toda a população. Por consequência, o mundo passa por uma crise de informações e desinformações, denominada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) de infodemia.

Em virtude dos fatos apresentados, questiona-se: quais ações podem ser adotadas para informar a população brasileira e buscar soluções para a situação de pretos e pardos na pandemia e de que forma o governo brasileiro vem dando publicidade às informações sobre suas medidas no combate à Covid-19?

Diante desse cenário, o objetivo primordial deste estudo é averiguar o Regime de Informação brasileiro e as Coalizões de Defesa que envolvem a informação técnica sobre o



controle da Covid-19 e as políticas públicas governamentais adotadas para dirimir as desigualdades que afetam a população de pretos e pardos.

A pesquisa se justifica pela necessidade de se compreender como a pandemia do novo Coronavírus está afetando a população de pretos e pardos no Brasil e quais medidas governamentais estão sendo implementadas para dirimir a notória desigualdade. Atenta-se para os fundamentos da Ciência da Informação (CI) aplicados neste estudo, um campo voltado “[...] para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação” (SARACEVIC, 1996, p. 47).

A investigação segue uma metodologia de caráter exploratório, de cunho bibliográfico. Realiza-se pesquisa documental sobre estudos, informes e boletins que apresentam informações sobre pretos e pardos no Brasil, no tocante à Covid-19 e às normativas disponibilizadas na plataforma digital da Câmara dos Deputados, denominada “Combate ao Coronavírus” (BRASIL, 2022). Essas informações foram utilizadas na construção dos resultados, que são apresentados sob abordagem qualitativa, à luz da disponibilização da informação em saúde, organizada, acessível e transparente, resultante do Regime de Informação brasileiro pesquisado.

## **2 A ADVOCACY COALITION E O REGIME DE INFORMAÇÃO**

O *Advocacy Coalition Framework* (ACF) surgiu no início dos anos 1980 nos trabalhos de Paul Sabatier (1988) e Hank Jenkins-Smith (1988). É um modelo de análise de políticas públicas que tinha por interesse entender como ocorriam as mudanças nas políticas públicas e como elas orientam a aprendizagem dos atores envolvidos nos subsistemas<sup>1</sup> de políticas durante os processos de implementação. A estrutura de análise assegura que o desacordo sobre as crenças centrais da política divide as organizações e os atores em coalizões concorrentes.

Conhecida como “Coalizão de Defesa” é composta por atores que estão unidos por crenças centrais e procuram traduzir essas crenças em políticas públicas. Esses atores coordenam estrategicamente suas ações para influenciar o processo político. Ao formar alianças baseadas em crenças, podem se tornar combativos concorrentes em políticas

---

<sup>1</sup> Subsistemas são redes de interação de atores de diferentes instituições interessados em uma área política (SABATIER, 1988).



públicas (SABATIER; JENKINS-SMITH, 1993; JENKINS-SMITH; NOHRSTEDT; WEIBLE; INGOLD, 2014).

As Coalizões de Defesa podem incluir grupos de interesse, membros da mídia, cientistas, acadêmicos, funcionários do governo e legisladores que compartilham crenças sobre uma questão pública e coordenam seu comportamento. O engajamento dos atores ocorre por várias estratégias e recursos são usados para influenciar a mudança ou a estagnação de políticas. Como parte desse processo, os membros da Coalizão de Defesa podem aprender dentro e/ou entre as coalizões (SABATIER; WEIBLE, 2007).

Sabatier (1988) desenvolveu sua pesquisa na estrutura conceitual dos sistemas de crenças das Colisões de Defesa como veículo crítico para entender o papel da análise de políticas na aprendizagem orientada para o efeito dessa aprendizagem nas mudanças dos programas governamentais. Assim, nas percepções da adequação das decisões governamentais e/ou dos impactos resultantes, bem como, nas novas informações decorrentes de processos de busca e dinâmicas externas, cada coalizão de defesa pode revisar suas crenças e/ou alterar sua estratégia.

Por sua vez, Jenkins-Smith (1988) seguiu sua averiguação com foco no analista de políticas, um dos principais agentes de mudança dentro das organizações federais, e o aplicou em um conjunto de estudos de casos na prática. A estrutura das Coalizões de Defesa sustenta que os analistas se especializam em uma ou mais áreas políticas complexas e passam a integrar os subsistemas de políticas relevantes compostos por aqueles atores que desempenham papéis importantes na identificação de problemas, no desenvolvimento, disseminação e avaliação de opções políticas e na implementação das políticas. Os analistas são formalmente encarregados de criticar as políticas existentes e as organizações.

Tanto Sabatier (1988), como Jenkins-Smith (1988), procuraram fornecer alternativas para a compreensão do processo político como um ciclo político vulnerável a mudanças.

Para este estudo, no campo da Ciência da Informação, importa a conclusão de Sabatier (1988), para quem o papel da **informação técnica** tem grande relevância na aprendizagem orientada para a política e, portanto, nas mudanças da política ao longo dos tempos (grifo dos autores). É sobre essa questão que a Coalizão de Defesa perpassa as questões políticas e informacionais do Regime de Informação.



Com base nas informações técnicas decorrentes dos processos de busca e dinâmicas externas, cada Coalizão de Defesa pode revisar suas crenças e/ou alterar sua estratégia. Dependendo das demandas que as informações técnicas envolverem, escolhe-se o tipo de revisão: (1) grandes revisões institucionais em nível de escolha coletiva, (2) revisões menores em nível operacional, ou (3) sair do subsistema em busca de mudanças na coligação eleitoral dominante, no nível sistemático (SABATIER, 1988).

Para Sabatier (1988), a mudança das políticas nas sociedades industriais modernas acontece em um subsistema de políticas, ou seja, aqueles atores de uma variedade de organizações públicas e privadas que estão ativamente preocupados com um problema ou uma questão de política e não em uma instituição governamental específica. O cientista político explica, inspirado em estudos anteriores de outros autores, que as mudanças políticas não podem estar limitadas às agências administrativas, aos comitês legislativos e aos grupos de interesse, em um único nível de governo, mas devem, sim, incluir atores em vários níveis de governo, ativos na formulação e implementação de políticas públicas, como jornalistas, pesquisadores e analistas de políticas que desempenham papéis importantes na geração, disseminação e avaliação das informações técnicas, que perpassam as ideias e ideais da política.

Neste ponto, identifica-se aspectos integrantes do Regime de Informação, que é entendido como “o modo de produção informacional dominante em uma formação social” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 61), que podem contribuir com estudos sobre Coalizão de Defesa.

Essa formação social é constituída por crenças que fazem parte da Coalizão de Defesa explicada por Sabatier (1988), que integra um Regime de Informação. Esse regime “define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 61). Consequentemente, a revisão – menor, grande ou fora dos subsistemas – é realizada nas políticas adotadas ou em construção, conforme as relações de poder e as possibilidades culturais, ditando quais informações técnicas serão organizadas e compartilhadas.

No argumento utilizado por Sabatier (1988), apreende-se que a informação técnica, enquanto aprendizagem, é um aspecto importante na mudança de política e muitas vezes pode alterar aspectos secundários do sistema de crenças de uma coalizão.

Com intenção de analogias e futuros avanços, percebe-se que na análise da mudança de política, com vista à Coalizão de Defesa, os fatores externos estáveis devem ser diferenciados dos mais dinâmicos, ou seja, os parâmetros relativamente estáveis (ao longo de



várias décadas) são distintos daqueles aspectos do sistema que são suscetíveis a flutuações significativas ao longo de alguns anos. Portanto, servem como principais estímulos à mudança de política (SABATIER, 1988) e, conseqüentemente, da informação técnica que permeia o Regime de Informação com influência na política pública objetivada. Dessa forma, tem-se o processo de construção das informações técnicas estáveis em oposição às mais dinâmicas nos subsistemas de Coalizão de Defesa.

Ao se considerar a informação técnica que integra a ação de Coalizão de Defesa em determinado Regime de Informação, os participantes valorizam quais recursos e crenças eles têm; quais são suas capacidades de processamento de informações; e quais mecanismos internos eles usam para decidir sobre as estratégias informacionais (SABATIER, 2007). Dessa forma, segue-se para ponderações sobre pretos e pardos no Brasil, durante a pandemia, e as Coalizões de Defesa.

### **3 PRETOS E PARDOS NO BRASIL, PANDEMIA E AS COALIZÕES DE DEFESA**

O tema da discriminação racial e seus desdobramentos integra o Regime de Informação e foi evidenciado em diversos momentos em que a pandemia tomou o mundo.

A informação disseminada pelo governo brasileiro de que a população seria afetada em iguais condições pela contaminação do novo coronavírus, não se sustentou. Logo no primeiro momento ocorreu um descompasso entre fontes oficiais e fontes locais, em razão dos dados sobre os indicadores apresentados, da evolução da doença, divulgados através de órgãos oficiais e de instituições da sociedade civil.

Segundo Lofêgo, Schneider e Bezerra (2021), os erros de planejamento no processo informacional propiciaram o avanço da infodemia no Regime de Informação, dificultado práticas responsáveis no combate à vulnerabilidade das condições de vida.

Portanto, a informação é o principal elemento no processo de decisão e gestão eficazes, garantidora da provisão para a criação de estratégias e a implementação de ações dentro de do Regime de Informação. Gonzáles de Gómez (2018, p. 71) assevera que a “eficácia da informação como fator de transformações dependerá hoje não só de sua distribuição no espaço social, mas também de quais sejam os agentes coletivos possuidores do conhecimento e das tecnologias de informação”.

Nesse enquadramento, devido à urgência que a pandemia exigia de informações técnicas relevantes, associações como a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e



organizações não governamentais (ONGs) populares como a Redes da Maré, congregaram esforços na execução de estudos na busca de informações sobre o avanço da Covid-19 nas comunidades e favelas do Rio de Janeiro. Tanto a associação, como a Coalizão de Defesa objetivavam entender a situação dos vulneráveis sujeitos a condições sub-humanas.

O Grupo Temático Racismo e Saúde da ABRASCO apontou na matéria “População negra e Covid-19: desigualdades sociais e raciais ainda mais expostas”, publicada em 31 de março de 2020, que os dados já indicavam a chegada do coronavírus nas periferias antes do que se pensava, fato que reforça a forte determinação social e racial nas questões relacionadas à saúde e às doenças nas sociedades (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA, 2020).

Em 26 de maio de 2020, a ONG Redes da Maré divulgou dados e apontou indícios de subnotificação de infecções e mortes causadas pela Covid-19. Até 18 de maio de 2020, em uma região com mais de 140 mil moradores, foram registrados 193% a mais de doentes e 65% a mais de óbitos, do que a contagem oficial pela Prefeitura do Rio de Janeiro (REDES DA MARÉ, 2020a).

Cabe ressaltar, que na mesma segunda-feira, dia 18 de maio de 2020, através do Boletim Oficial de Saúde – RJ sobre o coronavírus da Prefeitura do Estado, a Secretaria do Estado do Rio de Janeiro registrou 2.852 vítimas de Covid, onde no município do Rio de Janeiro constavam 1.960 óbitos, não compreendendo a divisão por bairros ou a delimitação das áreas das comunidades abrangidas (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2020).

A edição de julho do Boletim “De Olho no Corona”, que divulga as taxas de prevalência e mortalidade na favela da Maré, no Complexo do Alemão e na favela da Rocinha, constatou a subnotificação da infecção pela doença e dos óbitos de Covid-19 em razão da ausência de endereços formais e da omissão de informação e controle da Prefeitura do Rio de Janeiro (REDES DA MARÉ, 2020b). Diante do exposto, prossegue-se para os resultados.

#### **4 RESULTADOS**

As Coalizões de Defesa são organizações que exercem pressão sobre as políticas públicas brasileiras, informam a sociedade e influenciam no combate do aumento do coronavírus na população de pretos e partos. Além de que, demonstraram, via informes e boletins, que os resultados de suas pesquisas apontavam maiores danos à saúde e à condição socioeconômica deste grupo, em comparação com a população branca.



No concernente às medidas normativas adotadas pelo governo brasileiro diante da necessidade de organização e acesso à informação, bem como aos documentos governamentais que tratam das propostas para conter a pandemia, a Câmara dos Deputados disponibilizou uma plataforma digital denominada “Combate ao Coronavírus”.

Destaque-se algumas leis e uma emenda à Constituição contendo especificidades que podem ter relevância para a população de pretos e pardos (Quadro 1):

**Quadro 1 – Normativas relevantes para pretos e pardos.**

| NORMA                        | DATA       | DESCRIÇÃO  | LINK  |
|------------------------------|------------|--|---|
| Lei nº 14.357                | 01/06/2022 | Abriu crédito extraordinário de R\$ 167,2 milhões para o Ministério da Cidadania distribuir cestas de alimentos à população quilombola.  | <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14357.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14357.htm</a>     |
| Lei nº 14.342                | 18/05/2022 | Tornou permanente o Auxílio Brasil de R\$ 400,00 por família.  | <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14342.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14342.htm</a>     |
| Lei nº 14.284                | 29/12/2021 | Instituiu o Programa Auxílio Brasil, o Programa Alimenta Brasil e definiu metas para taxas de pobreza.   | <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm</a>     |
| Lei nº 14.237                | 19/11/2021 | Instituiu o auxílio-gás dos brasileiros  | <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14237.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14237.htm</a>     |
| Lei nº 14.172                | 10/06/2021 | Garantiu o acesso à internet, com fins educacionais, aos alunos e professores da educação básica pública.  | <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14172.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14172.htm</a>     |
| Emenda Constitucional nº 109 | 16/03/2021 | Permitiu ao governo federal pagar, em 2021, um novo auxílio emergencial para a população vulnerável afetada pela pandemia, até o dia 8 de junho de 2022.   | <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc109.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc109.htm</a> |
| Lei nº 14.075                | 22/10/2020 | Ampliou o uso da conta poupança social digital para recebimento de benefícios sociais do governo federal, entre eles o abono salarial anual e os saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço | <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14075.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14075.htm</a>     |
| Lei nº 14.024                | 09/07/2020 | Suspendeu os pagamentos devidos pelos estudantes ao Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) por 60 dias.  | <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14024.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14024.htm</a>     |



|               |            |  |   |
|---------------|------------|--|---|
| Lei nº 14.021 | 07/07/2020 | Instituiu medidas para prevenir a disseminação da Covid-19 junto aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.                                      | <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14021.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14021.htm</a> |
| Lei nº 13.998 | 14/05/2020 | Ampliou o alcance do auxílio emergencial de R\$ 600,00 durante a pandemia do novo coronavírus.   | <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13998.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13998.htm</a> |
| Lei nº 13.982 | 02/04/2020 | Criou uma renda básica emergencial de R\$ 600,00 para os trabalhadores informais, autônomos e sem renda fixa, durante a crise provocada pela pandemia da Covid-19. | <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm</a> |

Fonte: BRASIL, 2022.

Até o dia 14 de agosto de 2022 no combate ao coronavírus as/os Deputadas/os apresentaram 2286 propostas e o Poder Executivo enviou 111 propostas ao Congresso. Dessas, 131 normativas foram sancionadas (BRASIL, 2022). Dado o exposto, encaminha-se para as considerações finais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferenças sociais encontradas no Brasil fazem com que pretos e pardos morram mais de COVID-19, do que brancos. Vários fatores ajudam a explicar o fenômeno. Basicamente, todos são ligados à desigualdade que nivela a população de pretos e pardos nas camadas mais baixas da pirâmide social e à lógica do racismo estrutural.

Ana Paula Nogueira Nunes (2022), integrante do projeto PET Conexão de Saberes das comunidades quilombolas, pesquisadora de saúde da população de pretos e pardos, em palestra ministrada em julho de 2022, no 8º Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, ressaltou que as mulheres negras, como sua avó, têm dificuldades de serem diagnosticadas corretamente de uma doença, mesmo após buscar atendimento médico.

Constata-se que a população de pretos e pardos tem acesso mais precarizado aos sistemas de saúde, público e privado. Parte da mesma população também apresenta maior incidência de comorbidades, que potencializam a letalidade da Covid-19. A distribuição demográfica é outro fator de risco, à medida que parte considerável da população negra se aglomera em residências exíguas, insalubres, nas periferias dos centros urbanos.

Percebe-se que as Coalizões de Defesa participam ativamente do Regime de Informação brasileiro com informações técnicas relevantes atualizadas que influenciam



eficazmente nas medidas governamentais e políticas públicas adotadas. A exemplo de tal assertiva, encontra-se a decisão proferida pela ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), na sexta-feira, dia 27 de maio de 2022, que concedeu 10 (dez) dias para o presidente Jair Bolsonaro esclarecer quais são as políticas públicas adotadas pelo governo federal em relação à população de pretos e pardos. O pedido de esclarecimentos é resultante da ação protocolada na Corte por partidos políticos, a partir de provocação da Coalizão Negra por Direitos (GOMES, 2022).

Quanto à transparência e acesso às informações sobre as medidas governamentais, constata-se que a plataforma “Combate ao Coronavírus”, disponibilizada pela Câmara dos Deputados, é um canal que pode ser consultado pela sociedade e pesquisadoras/es que desejem ou precisem de respostas advindas de fontes fidedignas e oficiais sobre as ações governamentais, pois em tempos de infodemia e desinformação, a pesquisa em sites institucionais é condição *sine qua non* para o acesso à informação legítima. Contudo, destaca-se que, apenas em junho de 2022, foi identificada alguma política pública exclusiva para grupos populacionais tradicionais e específicos - a população dos quilombos.

Este resumo, de forma alguma, pretende esgotar as ilações decorrentes das questões abordadas, mas, sim, apresentar uma contribuição para se pensar Regime de Informação, Coalizão de Defesa e políticas públicas, com vista à informação técnica como instrumento-chave para o combate à desigualdade socioeconômica encontrada na população brasileira que impacta a saúde e o bem-estar dos pretos e pardos.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA. **Letalidade da Covid-19 na população negra pauta imprensa sobre raça e desigualdades**, 2020. Disponível em: [www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/letalidade-da-covid-19-na-populacao-negra-pauta-debate-sobre-raca-e-desigualdade-social-na-imprensa/46775/](http://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/letalidade-da-covid-19-na-populacao-negra-pauta-debate-sobre-raca-e-desigualdade-social-na-imprensa/46775/). Acesso em: 8 jun. 2022.

BATISTA, Amanda; ANTUNES, Bianca; FAVARET, Guilherme; PERES, Igor; MARCHESI, Janaína; CUNHA, João Pedro; DANTAS, Leila; BASTOS, Leonardo; CARRILHO, Luana; AGUILLAR, Soraida; BAIÃO, Fernanda; MAÇAIRA, Paula; HAMACHER, Silvio; BOZZA, Fernando. **Análise socioeconômica da taxa de letalidade da COVID-19 no Brasil**. Rio de Janeiro: Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), PUC-Rio, 2020. (Nota Técnica 11 – 27/05/2020). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1tSU7mV4OPnLRFMMY47JIXZgzkklvkydO/view>. Acesso em: 8 jun. 2022.



BRASIL. Câmara dos Deputados. **Combate ao Coronavírus**. Brasília: Agência Câmara de Notícias, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/procorona/>. Acesso em: 8 jun. 2022.

GOMES, Beatriz. STF dá 10 dias para Bolsonaro explicar políticas voltadas à população negra. **UOL**, São Paulo, 30 maio 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/05/30/stf-rosa-weber-bolsonaro.htm>. Acesso em: 9 jun. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 60-76, 2003.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. **Ciência da Informação**. Brasília, DF, v.47, n.1, p.21-35, jan/abr. 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Saúde. Boletim coronavírus (18/05): 2.852 óbitos e 26.665 casos confirmados no RJ. **Boletim Diário**, 18 maio 2020. Disponível em: <https://saude.rj.gov.br/noticias/2020/05/boletim-coronavirus-1805-2-852-obitos-e-26-665-casos-confirmados-no-rj>. Acesso em: 7 jun. 2022.

IBGE. **O IBGE apoiando o combate à COVID-19**. Desocupação, renda, afastamentos, trabalho remoto e outros efeitos da pandemia no trabalho, 2020. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>. Acesso em: 7 jun. 2022.

JENKINS-SMITH, Hank C. Analytical debates and policy learning: analysis and change in the federal bureaucracy. **Policy Sciences**, v. 21, n. 2-3, 169-211, 1988.

JENKINS-SMITH, Hank C.; NOHRSTEDT, Daniel; WEIBLE, Christopher M.; INGOLD, Karin. The advocacy coalition framework: Foundations, evolution, and ongoing research. In: SABATIER, Paul Armand; WEIBLE, Christopher M. (ed.). **Theories of the policy process**. 3. ed. Boulder, CO: Westview Press, 2014. Cap. 6, p. 183-224.

LOFÊGO, Flávio; SCHNEIDER, Marco; BEZERRA, Arthur. Pandemia e aspectos disfuncionais do regime de informação hegemônico. **Informatio**, v. 26, n. 1, p. 104-122, 2021.

NUNES, Ana Paula Nogueira. Perspectivas de coloniais nos estudos métricos de comunicação científica e Ciência Aberta. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENTOMETRIA, 8., 2022, Maceió. Mesa redonda 3: Perspectivas de coloniais nos estudos métricos de comunicação científica e Ciência Aberta. 1 vídeo (3 h 30 min) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cPZp5kCvMIM&t=2122s>. Acesso em: 8 jun. 2022.

REDES DA MARÉ. A condição socioeconômica dos moradores da MARÉ com suspeita ou confirmação de Covid-19. **Boletim De Olho no Corona**, n. 7, 18 jul.2020b. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/06E07-BoletimDeOlho.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2022.

REDES DA MARÉ. Dados de COVID-19 na MARÉ. **Boletim De Olho no Corona**, n. 3, p. 5-8, 21 maio 2020a. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/05E03-BoletimDeOlho.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2022.



SABATIER, Paul Armand. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. **Policy Sciences**, v. 21, n. 2-3, p. 129-168, 1988.

SABATIER, Paul Armand. The Need for Better Theories. *In*: SABATIER, Paul Armand. (ed.). **Theories of the policy process**. Boulder, CO: Westview Press, 2007.

SABATIER, Paul Armand; JENKINS-SMITH, Hank C. **Policy change and learning: An advocacy coalition approach**. Boulder, CO: Westview Press, 1993.

SABATIER, Paul Armand; WEIBLE, Christopher M. The Advocacy Coalition Framework. *In*: SABATIER, Paul Armand. (ed.). **Theories of the policy process**. Boulder, CO: Westview Press, 2007.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva da Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.